

# OCUPAÇÃO E APROPRIAÇÃO DE TERRAS DOS KAINGANG

OCUPATION AND OWNERSHIP OF KAINGANG LANDS

**José Antonio Moraes do Nascimento**

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

**Correspondência**

UERGS

Rua Sete de Setembro, 1156

Centro Porto Alegre - RS, CEP: 90010-191

**Resumo:**

O processo de ocupação dos territórios dos indígenas Kaingang, na maioria das regiões do Rio Grande do Sul, até meados do século XX, ocorreu pela intensificação da migração de descendentes de alemães e italianos instalados no estado. Na Serrinha, área que será analisada neste artigo, não foi diferente. Os kaingang lutaram para se manter ou reconquistar a posse de sua terra, mas o processo colonizador, orientado pelo poder público, os venceu.

**Palavras-chaves:**

Kaingang; território; ocupação.

**Abstract:**

The process of occupation of the territories of indigenous Kaingang in most regions of Rio Grande do Sul, until the middle of the twentieth century was the intensification of migration of the descendants of Italian and German installed in the state. In Serrinha area that will be analyzed in this article, was no different. The Kaingang struggled to maintain or regain possession of their land, but the colonization process, guided by public authorities, the won.

**Keywords:**

Kaingang; territory; occupation.

Neste texto pretende-se fazer uma discussão inicial sobre o processo de ocupação das terras dos indígenas Kaingang a partir da imigração e migração, numa região específica do Rio Grande do Sul, do início até meados do século XX. O corte geográfico foi no sentido de compreender a ocupação da região, que atualmente abrange os municípios de Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeira, ou seja, ao norte do estado. Quando for necessário para a melhor compreensão do tema, se fará considerações que extrapolam tanto o corte cronológico, como geográfico.

O tema que se apresenta faz parte de um trabalho mais amplo sobre *Ocupação, desterritorialização e apropriação das terras dos índios Kaingang*<sup>1</sup>. Compreenderá um resgate da luta dos kaingang para manter ou conquistar a posse da terra, bem como da chegada dos colonos, que ocupam essas áreas. Estes são, na grande maioria, descendentes de imigrantes, que se estabelecem em pequenas propriedades.

Priorizar-se-á a análise das relações conflituosas e tensas aí estabelecidas e as relações entre estes grupos e a sociedade gaúcha e brasileira, que também estavam em processos de desenvolvimento. É, portanto, um estudo de história regional e, estes devem também ser objetos de discussões, uma vez que são várias as abordagens sobre o centro do país, mas pouca é a atenção para as regiões periféricas.

Centrar-se-á a pesquisa na problemática da terra, pois é a principal razão da migração e dos conflitos. As origens da atual estrutura agrária e social da região estão no século XIX. “Foi naquele período que se formaram as grandes propriedades pastoris e surgiram os primeiros camponeses sem terra quando, paradoxalmente, havia milhares de hectares de terras virgens”<sup>2</sup>. Eram principalmente os camponeses de origem luso - brasileira, conhecidos como caboclos e os indígenas, que perderam grande parte de seus territórios. Estes foram considerados atrasados em contra - posição ao imigrante (alemão e italiano), trabalhador e símbolo do progresso. Portanto, trata-se de examinar a participação destes dois grupos neste processo de ocupação da terra, suas relações de trabalho e sua presença na formação da estrutura social, relacionando com a chegada do imigrante e seu acentuado desenvolvimento econômico, político, social e cultural.

A chegada dos colonos permitiu que surgissem novos aglomerados populacionais, que mais tarde formaram novas cidades, estruturando uma nova base política-administrativa, com influências na política regional. A ocupação do Rio Grande do Sul não foi um processo pacífico, tendo vários conflitos, muitos ainda não resolvidos.

Por essa problemática que o trabalho justifica-se, pois a ciência histórica é convocada a dar respostas e preencher espaços da historiografia. E, como salienta

---

<sup>1</sup> Este foi o tema da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no ano de 2001.

<sup>2</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho 1850 - 1920*. Ijuí: Editora da UNIJUI, 1997. p. 12.

Tramontini, falando de outro contexto, mesmo que com considerações válidas para o atual trabalho, pretende-se

...considerar estes problemas e conflitos como parte de uma dinâmica mais ampla, ou melhor, de inseridos no conjunto das transformações por que passava a sociedade brasileira, principalmente em sua estrutura fundiária e burocrática-administrativa, além do debate político correspondente.<sup>3</sup>

Para uma explicação prévia deste processo, partiu-se das hipóteses de que a ocupação do colono resultou na expulsão dos indígenas de seu território, estabelecendo uma situação conflituosa e de rivalidade.

Procurar-se-á analisar os fatos históricos a partir de uma visão dialética, partindo do pressuposto de que se deve entender a história não simplesmente como sucessão factual, ou da evolução do homem e suas idéias no tempo, porque a história não é somente a

...sucessão de fatos no tempo, não é progresso das idéias, mas o modo como os homens determinados em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social, reproduzem ou transformam essa existência social, que é econômica, política e cultural.<sup>4</sup>

As contradições e os conflitos geram permanentes transformações pois, como afirmou Vavy Pacheco Borges, "a transformação é a essência da história". Esta, como ciência (ciência em plena construção, segundo Ciro Cardoso e Hector Brignoli<sup>5</sup>), "... procura ver as transformações pelas quais passaram as sociedades humanas". Tentar-se-á colocar estes conflitos específicos dentro de "um processo de totalização"<sup>6</sup>, ou seja, no contexto das necessidades do capitalismo mundial, que gerou a imigração para o Brasil, no século XIX, e a conseqüente ocupação do sul, a partir de 1824. Esta, por sua vez, criou conflitos com os nativos.

Aspirar-se-á conhecer, além de grandes personagens e de grandes acontecimentos políticos, os movimentos da população, a vida das grandes massas, e não somente a dos grupos dominantes, dos que detém o poder, já que tradicionalmente

---

<sup>3</sup> TRAMONTINI, Marcos Justo. *A colônia de São Leopoldo: a organização social dos imigrantes na fase pioneira (1824 - 1850)*. Porto Alegre: PUCRS, 1997. (Tese de Doutorado), p. 359.

<sup>4</sup> CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 20.

<sup>5</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion Santana & BRIGNOLI, Hector Pérez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p.39.

<sup>6</sup> BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 44-50.

... a história brasileira (...) é uma história dos que mandam e, particularmente uma história dos que participam do pacto político. A mesma exclusão, aliás, afeta também o índio. Até hoje não se reconstituiu a história das lutas indígenas no Brasil, as formas do confronto entre índios e brancos que continuam até nossos dias (...). A história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e rebeldes. A história oficial não costuma registrar feitos de derrotados.<sup>7</sup>

Entende-se também, que a pesquisa histórica, assim como afirma Ciro Flamarion Santana Cardoso, tem que ter uma relevância social<sup>8</sup>. Partir-se-á de uma visão crítica de análise, na qual a realidade histórica condiciona a ação e a consciência dos homens. Por fim, chegar-se-á a uma síntese conclusiva, tentando apresentar esta história conflitiva e dialética, onde as pessoas, os trabalhadores no seu dia-a-dia também fazem a história, também são protagonistas... Mesmo porque, segundo Vavy Pacheco Borges, “não são as idéias que vão provocar as transformações, mas as condições materiais e as relações entre os homens”<sup>9</sup>.

Parte da historiografia sobre os imigrantes e eles mesmos tentam apresentar-se como os promotores que trouxeram o espírito do progresso. Leo Waibel<sup>10</sup> denominou-os "pioneiros", como se as populações locais não existissem. Já Jean Roche destacou a ajuda do governo estadual para a instalação desses colonos, afirmando que

Essas colônias oficiais, essencialmente agrícolas, foram abertas em nova zona pioneira. Mas convém ressaltar o papel da administração, que não se contentou com fundar os estabelecimentos: interveio, durante toda a fase de exploração, na gestão e no equipamento deles, dotando-os de uma rede de comunicações internas, de um conjunto de edifícios públicos e de escolas, assim como de um cadastro bem em ordem; tudo isso traduz, pois, um esforço superior ao que despenderam os outros Estados do Brasil. Teve de resolver, também, o problema da instalação legal dos intrusos, que haviam precedido a divisão das terras públicas e se estabelecido aqui e acolá, na orla das zonas colonizadas.<sup>11</sup>

<sup>7</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 26.

<sup>8</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Uma introdução à história*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 82-83.

<sup>9</sup> BORGES, Vavy Pacheco, *op. cit.*, p.37.

<sup>10</sup> WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979 p. 282. In: ZARTH, Paulo Afonso, *op. cit.*, p. 31.

<sup>11</sup> ROCHE, Jean. *A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 129.

Ainda segundo ele, os descendentes de alemães contribuíram para a economia do Rio Grande do Sul, pois trouxeram sistemas de trocas, seja de produtos, seja de serviços. Além disso, uma estrutura social organizada entre os outros habitantes do Estado, que não tinham as mesmas preocupações, nível cultural, comportamento e mentalidade. Esses colonos, teuto-brasileiros, "... não representam tanto uma massa como uma qualidade de homens, diferente da dos primeiros ocupantes, um fermento a que se deve a elaboração de uma civilização original..."<sup>12</sup> É uma concepção que apresenta o espírito do progresso, na qual o colono europeu seria o portador desta característica, enquanto o caboclo e o indígena portadores do espírito do atraso.

Afirmando a bravura desses "homens eleitos" que desbravaram as matas virgens, transformando-as em lavouras, é possível justificar a expulsão dos habitantes que já viviam no lugar. Excluíram-se esses habitantes, considerando-os intrusos. Essa linha de interpretação mascarou tanto o processo de ocupação da terra, como a formação dos grupos sociais. Os caboclos e os índios, que cultivavam a erva-mate, foram obrigados a proletarizar-se, trabalhando para o bem estar dos "novos povoadores".

Essa visão não permite ver "... uma real dimensão do processo de ocupação e apropriação da terra, da formação dos grupos sociais e da própria produção econômica"<sup>13</sup>. Se faz necessário, portanto, conhecer os grupos anteriores aos imigrantes, pois também caracterizaram a região e constituíram a frente de expansão. Essa abriu espaço para a instalação da frente pioneira de imigrantes e migrantes, os quais contaram com terras (compradas ou ocupadas), ferrovia (transporte de mercadorias), comércio (compra e venda de mercadorias), bancos (financiamento da produção), etc.

Essa mesma visão sobre os imigrantes apresentou estes como os únicos promotores da ampliação da fronteira agrícola e, em alguns casos como os heróis que combateram as selvas, tirando a riqueza do solo. Parece que o desenvolvimento da agricultura está ligada ao espírito trabalhador do colono europeu e não às condições de infra-estrutura, como a ferrovia e o incentivo do governo. Por exemplo, as colônias próximas ao rio dos sinos puderam crescer rapidamente porque tiveram por onde transportar sua produção, financiada pelo governo. Já os caboclos das matas do planalto não e, a maioria dos colonos europeus somente foram e cresceram economicamente quando tiveram como transportar sua produção. "Isso desautoriza atribuir apenas a questões culturais o sucesso ou insucesso técnico da agricultura"<sup>14</sup>.

Valle & Zanella<sup>15</sup>, quando apresentaram a chegada dos primeiros descendentes de italianos, no que seria mais tarde o município de Constantina, evidenciaram vários

---

<sup>12</sup> Idem, p. 6.

<sup>13</sup> ZARTH, Paulo Afonso, *op. cit.*, p. 33.

<sup>14</sup> Idem, p. 129.

<sup>15</sup> VALLE, José Antônio & ZANELLA, Diamantino Irineu. *Constantina - RS: histórico do município de Constantina 1900-1984*. Prefeitura Municipal de Constantina/Bloco Cultural Filhos da Lua. s/d.

pontos questionáveis. Tem-se que considerar que o trabalho deles é para demonstrar a grandeza e crescimento do município. Mesmo assim não são justificáveis suas afirmativas. Sobre a aquisição das terras, que era feita em Palmeira das Missões, afirmaram que "...os colonos pagavam as mesmas em troca de serviços prestados na abertura de estradas, de ruas e povoados. Assim surgiu o 'mutirão' sistema que se usa nas colônias para a troca de dias de serviço"<sup>16</sup>. Esqueceram de mencionar os caboclos e indígenas que ajudaram nesta tarefa e, que o mutirão já era praticado muito antes da chegada destes novos colonos. Eles afirmaram também que:

... o povoamento da reserva florestal onde hoje tem a vila de Engenho Velho - Capinzal - Polita - Santa Maria, e toda a costa do rio Baitaca, deu-se por volta de 1915. O estado do Rio Grande do Sul era o detentor de toda essa área, a qual tinha como Reserva Florestal...Aos poucos entretanto, o estado foi abrindo mão dessa área...

Em 1938 o estado do Rio Grande do Sul, loteava a reserva de Liberato Salzano que pertencia a Constantina, dando aos lotes o nome de Baitaca e Marechal Rondon. Logo após a determinação da medição da área por volta de 1945 e 1950 tornou-se freqüente a presença de indígenas Caingangues na reserva, com o intuito de tomarem posse da mesma. Esses indígenas verificando que já havia inúmeros posseiros na região resolveram abandoná-la tomando posse da reserva de Nonoai.<sup>17</sup>

A maioria destes dados apresentados pelos autores não são verdadeiros. Uma parte pequena da região foi ocupada por volta de 1915, como afirmaram e, a reserva florestal somente foi criada em 1949<sup>18</sup>. E o estado não abriu mão da área, sendo ela ocupada e depois legalizada. E, entre 1945 a 1950, parte da referida área era uma reserva indígena<sup>19</sup> e estes foram expulsos dela, indo para a reserva de Nonoai, mas somente em 1962.

Já Santin, ingenuamente criticou questionando as análises do materialismo histórico e dialético. Afirmou que os autores marxistas

... vêem nos movimentos migratórios planejados no final do século passado, em especial no Brasil, uma tentativa de sobrevivência ou adaptação dos interesses capitalistas diante das transformações do sistema de produção, provocadas pelo avanço da industrialização e dos movimentos abolicionistas. O teor das reflexões gira em torno

---

<sup>16</sup> Idem, p. 12.

<sup>17</sup> Idem, p. 13

<sup>18</sup> Reservas florestais do estado. In: *Jornal Correio do Povo*, 15 de março de 1949. p. 07

<sup>19</sup> Idem.

da exploração, da manipulação das massas campestres em benefício dos interesses das classes dominantes.<sup>20</sup>

Não percebeu que isso é o básico para entender o processo imigratório. Para ele, "... a busca de identidade social, psicológica e cultural é um fator decisivo para se definir os passos de futuras pesquisas..."<sup>21</sup> E continuou, afirmando que as análises restringiram-se

...quase que exclusivamente aos aspectos econômicos, políticos, geográficos, históricos, demográficos. Poucas vezes se tem dado atenção mais profunda aos traumatismos culturais surgidos pelo fato de haver uma mudança no sistema de significações do grupo: uma ruptura com o mundo da vida e com a ordem de valores existentes... De outro lado, pode dar-se a total descaracterização do grupo, provocando uma degenerescência cultural que leva o grupo à morte espiritual. O que pode levar o imigrante ao fenômeno de acabar-se. Um exemplo bem claro é o da situação dos remanescentes indígenas no Rio Grande do Sul.<sup>22</sup>

Em nenhum momento o autor questionou-se sobre os "traumatismos culturais" e a morte física que os caboclos e indígenas sofreram. Gregory, por sua vez, afirmou que a "... instalação de novos núcleos coloniais, (...) se destinava a ocupar vazios demográficos..."<sup>23</sup>, mantendo em todo o texto esta idéia. Constatou que "neste século as terras devolutas se resumiam à Zona norte do Estado, abrangendo o vale do Rio Uruguai"<sup>24</sup>. Estas que foram colonizadas em pouco tempo com colonos que tiveram a função de desbravar, produzir.

Este mesmo autor entendeu que as florestas foram áreas que não interessaram aos luso-brasileiros, além de ser um problema em função dos constantes ataques dos índios. Por isso governo resolveu colonizá-la, diminuindo as áreas indígenas ou eliminando-os. Para esta tarefa era preciso colonos, pequenos proprietários, que cultivassem essas terras e que não estivessem interessados na criação de gado.

Esses colonos foram sempre pioneiros, desbravadores... Pioneiro é aquele que desloca a fronteira sertão adentro. Fronteira significa o

---

<sup>20</sup> SANTIN, Silvino. Integração sócio-cultural do imigrante italiano no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1996, vol. III, p. 593-594.

<sup>21</sup> Idem, p. 594.

<sup>22</sup> Idem, p. 597-599.

<sup>23</sup> GREGORY, Valdir. *Capitalismo, latifúndio, migrações: a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul - zona norte e região do Grande Santa Rosa*. Porto Alegre: PUCRS, 1988. (Dissertação de mestrado), p. 09.

<sup>24</sup> Idem, p. 42.

limite da zona povoada. É uma zona mais ou menos larga que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. Esta região é a zona pioneira. Nem o extrativista e o caçador, nem o criador de gado podem ser considerados pioneiros. Só o agricultor pode sê-lo, porque só ele é apto a transformar a mata virgem numa paisagem cultural e alimentar muitas pessoas numa pequena área.<sup>25</sup>

Com isso inseriu-se o Rio Grande do Sul no desenvolvimento do capitalismo, diversificando a agrícola e de ocupando as fronteiras. As florestas desmatadas cederam espaços para as roças (ou nas palavras do autor acima referido, transformando-se “numa paisagem cultural”), produzindo cereais e criando animais, permitindo ao homem branco viver. Enquanto que expulsou os caboclos e os indígenas de seu território, pois as matas (que já eram uma “paisagem cultural”) serviam de alimento e sobrevivência para ambos.

Aqui, portanto, também pretende-se “...mostrar como se construiu a idéia do vazio demográfico”<sup>26</sup>. Esta construída com um discurso oficial e acadêmico, que tratou do pioneirismo da ocupação da região, afirmando que era uma área devoluta, de selvagens, desabitada, abandonada, virgem, etc. Foi uma forma de justificar a ocupação e a colonização ocorrida principalmente entre os anos 20 e 50 deste século. Com isso excluiu-se os povos indígenas da história, afirmando que a ocupação desta região foi sem lutas, pacífica e sem resistências.

Fez-se a construção do vazio demográfico, como uma forma de ocultar os conflitos com os indígenas e caboclos. Foi uma ideologia construída e produzido em função das necessidades “... da expansão capitalista, que incorpora uma nova área ao seu sistema produtivo”<sup>27</sup>. Isso permite desmistificar a construção de um processo pacífico dos meios oficiais e acadêmicos tradicionais. Apresentou-se o território indígena como um local (espaço) vazio, desabitado e improdutivo como forma de justificar uma ocupação produtiva.

A natureza apareceu externa à sociedade, esperando ser possuída por esta. Ou seja, as florestas, rios, terras boas estavam esperando para fazer parte do processo de produção. A natureza foi tratada como algo terrível, que precisa ser conquistada, as matas virgens que deveriam ser vencidas. Construiu-se um discurso para legitimar a sua destruição. Depois disso, este foi mudado, falando-se em terras que produziriam o alimento para a humanidade. Essa visão teve e tem um objetivo social e político: “... justificar a ocupação dos espaços que faziam parte de uma outra forma de relação homem/natureza”<sup>28</sup>. Foi decorrência do processo de acumulação capitalista, que

---

<sup>25</sup> Idem, p. 44-45.

<sup>26</sup> Discussão feita, em relação ao Paraná, mas com considerações que são válidas para esta análise, por MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingáng: a história épica dos índios Kaingáng no Paraná (1769 - 1924)*. Maringá: EDUEM, 1994. p. 04.

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Idem, p. 11.

transforma florestas, rios, terras em matéria-prima e meios de produção. E, este processo não foi sozinho como um espírito no ar. Foi levado pelos homens que ocuparam grandes áreas de terras como se fossem desabitadas.

A ocupação branca dessa região destruiu as matas, que eram enormes, ocasionando modificações de clima e chuvas, bem como desgaste da terra, diminuindo a produção. Enfim, com a ocupação branca modificou-se a natureza que os Kaingáng conheciam e cuidavam. Produziu-se outra natureza e outro espaço geográfico que interessava ao capitalismo e não aos índios. Destruiu-se o espaço destes para construir um espaço diferente para a sociedade branca, que produziria mercadoria que permitiria a acumulação de riqueza.

O espaço foi modificado. Para os primitivos este tinha conteúdo religioso, histórico e social. Estabeleciam relações sociais com a terra. Já a sociedade branca estabeleceu relação de mercadoria com a terra, onde tudo tem preço. “Cria-se o vazio demográfico a ser ocupado pela colonização pioneira. Vazio criado pela expulsão ou eliminação das populações indígenas que, desse modo, são colocadas à margem da história”.<sup>29</sup>

Ao analisar as terras indígenas no Rio Grande do Sul, particularmente a Serrinha, percebe-se que houve um processo semelhante ao apontado acima. Por isso, ao estudar a ocupação do interior do estado vê-se que há vários pontos a serem considerados e revistos. Após a retomada das missões pelo Brasil, no início do século XIX, começou-se a ocupação desta região, motivada pelas grandes plantações de erva-mate, que eram na sua maioria públicas. Passo Fundo e Palmeira das Missões<sup>30</sup> tinham muitos ervais. Milhares de pessoas foram para a região à fim de cultivar a erva, fazendo uma agricultura de subsistência. A partir da Lei de Terras de 1850 os grandes proprietários ocuparam amplas áreas, expulsando os pequenos posseiros. Estes foram adentrando no interior das florestas ampliando a fronteira agrícola e iniciando os conflitos com os índios. Os Kaingáng, que povoavam a terra, foram obrigados a sair, ou então ficar confinados em pequenas áreas de terras.

A Lei de Terras, que proibiu a aquisição de terras, a não ser pela compra, impediu a posse por parte da população pobre, já que "... num regime de terras livres o trabalho tinha que ser cativo, num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa...".<sup>31</sup> Em relação à referida Lei de Terras, esta não teve muitas influencias na vinda de imigrantes para o Rio Grande do Sul, pois estes receberam a terra podendo pagar em um longo prazo, com subsídios para uma agricultura de subsistência, já que era política de povoar o sul, transformando-o em celeiro do país e valorizando as terras.

---

<sup>29</sup> Idem, p. 15.

<sup>30</sup> Esses municípios emanciparam-se de Cruz Alta, do qual faziam parte, respectivamente em 1857 e 1874.

<sup>31</sup> MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1981 p. 32. In: ZARTH, Paulo Afonso, *op. cit.*, p. 70.

Teve, portanto, outro caráter, uma vez que a vinda do imigrante não foi com o objetivo de servir de mão-de-obra para a grande propriedade como em São Paulo, mas sim para serem pequenos proprietários e produtores agrícolas. Esta Lei não foi feita pensando em dificultar o acesso à terra do europeu no Rio Grande do Sul, como em São Paulo. Isso se comprova ao perceber que o governo gaúcho distribuiu terras gratuitamente para muitos colonos, ou facilitou empréstimos bancários, prolongando o pagamento da terra, com a primeira parcela para três anos após a instalação dos mesmos. Porém, os caboclos e indígenas não tiveram as mesmas oportunidades que tiveram os europeus e não puderam apropriar-se da terra. Foram trabalhar de peão de estância ou na instalação de infra-estrutura para o colono europeu: estrada, desmatamento...

Percebe-se com isso, dois projetos de ocupação da terra e de instalação de europeus no Brasil, bem distintos, segundo Caio Prado Júnior: a primeira, denominada imigração, que buscava principalmente complementar a mão-de-obra escrava; a segunda, que visava tornar permanente a ocupação de regiões distantes, onde ainda havia conturbações na questão dos limites<sup>32</sup>.

Para este trabalho, interessa esta última, a qual foi definida como ocupação, pois interessava ao Estado uma ocupação permanente de algumas regiões pouco habitada. "... Constituir núcleos voltados por um lado à ocupação do território e, por outro, à produção de gêneros para o mercado interno, o mercado urbano que estava se estabelecendo"<sup>33</sup>.

Esse fenômeno migratório do final do século XIX e início do século XX está ligado às transformações econômicas, políticas e sociais, frutos da expansão do capitalismo, que modificou o mercado e a força de trabalho mundial. Esse processo provocou a emigração, além de alemães e italianos, de russos, poloneses, etc. Estes se espalharam por vários países do mundo.

O contexto na Europa foi marcado por uma série de movimentos revolucionários, que na sua maioria possuíam um caráter nacionalista ou eram revoltas proletárias. Estes, aliados às políticas dos governos europeus, vão agir como uma mola de expulsão de seus habitantes. Somou-se a isso, o crescimento populacional acentuado, onde as cidades não conseguiam absorver todos, principalmente os mais pobres. Isso gerava um clima de muita insegurança e conflituoso.

Na Alemanha do início do século passado, o processo de industrialização foi gradualmente se desenvolvendo. Concomitantemente teve uma revolução agrícola, que introduziu meios mais racionais no sentido capitalista de se explorar a terra. Mesmo com essas novas técnicas o pequeno camponês não conseguiu produzir para a sua própria sobrevivência. Também contribuiu para liberalização de mão-de-obra a

---

<sup>32</sup> PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.183-191.

<sup>33</sup> CORSETTI, Berenice. *Controle e ufanismo - a escola pública no Rio Grande do Sul (1989/1930)*. Santa Maria: UFSM, 1998 (Tese de Doutorado), p. 34.

desestruturação do artesanato doméstico, uma vez que, pequenas empresas ficaram privadas de conseguir créditos junto aos bancos, haja vista, que isso foi privilégio só das grandes empresas. No campo político, teve a guerra Franco-Prussiana, na segunda metade do século XIX, cujo desfecho foi a unificação nacional, mas que levou à miséria as classes subalternas da Alemanha.

Na Itália, na segunda metade do século passado, na parte sul tinha-se uma estrutura agrária concentrada. Os métodos arcaicos de cultivo da terra haviam levados a um empobrecimento dos solos. A miséria e a fome faziam parte do cotidiano das massas populares. Faltavam capitais para o desenvolvimento industrial. O mercado era reduzido e não conseguiu absorver nem a produção manufatureira. Enquanto isso, o norte, que era industrial não absorveu toda a mão-de-obra existente. Somou-se também a essa realidade econômica uma instabilidade política resultante da luta pela unificação nacional que gerou, no campo social, uma situação muito conturbada, já que a mão-de-obra era excedente.

O Brasil por sua vez, adaptou-se à divisão internacional do trabalho tanto pela substituição da mão-de-obra escrava pela livre, como pela mudança na política de terras, em 1850 com a Lei de Terras. Terra e mão-de-obra estão relacionadas entre si e, com as fases de desenvolvimento econômico e, a distribuição de terras aos colonos europeus foi decorrente deste avanço do capitalismo<sup>34</sup>.

Nesse contexto, de meados do século XIX, o Brasil estava em processo de modernização, compreendendo a transição do escravismo moderno para o capitalismo, ou seja, a Revolução Burguesa, que deveria ter um caráter nacionalista e industrializante. Porém, no caso brasileiro, não foi completada. Faltou a reforma agrária, a democracia permaneceu ligada a laços de tipo feudal (a questão da lealdade), etc.

O início da transição para o capitalismo e a formação do Estado Nacional pode ser remetido à independência política em 1822. Ganhou força em 1831 com a abdicação e a ida de D. Pedro I (com toda a sua corte) para Portugal. E, em 1850 o Estado nacional já estava praticamente consolidado e um exército nacional formado. A Lei de Terras foi criada, permitindo o acesso a terra somente pela compra. Esse processo foi consolidado (de forma incompleta), em 1964, com um Estado nacional burguês e uma economia predominantemente industrial.

No final do século XIX, a economia brasileira era essencialmente agro-exportadora, escravista, sendo o café o principal produto agrícola e a monarquia o regime de governo. Os episódios ocorridos de 1888-1891 foram frutos do processo de transição, ou seja, mais um passo dentro da revolução burguesa. A abolição da escravidão, a proclamação da República e a Constituição de 1891 constituíram a revolução política burguesa, que é um aspecto da revolução burguesa. Foi uma transformação de estrutura jurídico-político, que implicou na formação de um Estado

---

<sup>34</sup> GIRON, Loraine Slomp. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987, vol. I, p. 271

burguês no Brasil<sup>35</sup>, que para ficar completa era necessário o desenvolvimento da grande indústria, gerando também o proletariado, permitindo com isso desenvolver o mercado de trabalho e as relações capital - trabalho.

Enfim, foi diante desse quadro que os alemães vieram para o Brasil na primeira metade e os italianos, no último quartel do século passado, com a esperança de uma vida melhor. Foi um projeto desenvolvido pelo Império, que objetivava implantar, no Rio Grande do Sul, pequenas propriedades e ser uma alternativa à grande propriedade, buscando equilibrar as forças regionais e, ocupar o território.

Num primeiro momento, até 1850, esse fluxo imigratório ao Rio Grande do Sul foi muito irregular, devido a Revolução Farroupilha e ao freqüente não cumprimento das promessas feitas. Quando chegaram, os imigrantes enfrentaram alguns problemas com relação à terra que iam ocupar. Os primeiros a chegarem, em 1824, foram os alemães, que se estabeleceram no vale dos rios dos Sinos e Caí. Os italianos chegaram mais tarde, em 1875, se fixando em locais mais afastados, na encosta da Serra, ficando mais isolados.

É interessante observar as áreas para onde se deslocam os europeus, já que a historiografia tradicional diz que os imigrantes se estabeleceram nesses locais devido a semelhança dessas terras com a Europa. Um estudo mais aprofundado revela que esse foi mais uma falácia criada a respeito dos colonos. A imigração alemã e italiana foi fruto de interesses que estabeleceram a área geográfica a ser ocupada, o tipo de propriedade, a produção diversificada e o tipo de mão-de-obra. Assim ficou localizada longe do setor pecuarista gaúcho, mesmo porque este exigiu. Essas áreas ficavam isoladas entre os campos de cima da serra, o litoral e a zona da campanha. Pois, como afirmou Barroso,

... a confirmação da existência de grandes extensões de terras devolutas... favoreceu a localização dos italianos numa região pouco privilegiada... Até então, o planalto, uma região florestal densa, sediava tribos indígenas que resistiram por muitos anos à integração.<sup>36</sup>

A maioria desses imigrantes tornou-se pequeno proprietário, principalmente de alimentos, ocupando as terras devolutas que o Império possuía, criando as colônias. Terras onde o latifúndio não se fazia sentir tão fortemente. GREGORY sintetizou essas idéias em relação ao local de estabelecimento dos imigrantes ou seus descendentes, afirmando que a

---

<sup>35</sup> SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888 - 1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 182.

<sup>36</sup> BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul: a fronteira como trajetória. In: WEIMER, Gunter (Org.). *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Prefeitura Municipal, 1992, p. 43.

... localização e expansão obedeceram a critérios e objetivos do próprio latifúndio e do sistema todo, que objetivavam o desbravamento, a inserção de novas áreas nas relações capitalistas de produção e a continuidade das migrações dos euro-brasileiros. Portanto, são áreas dominadas e se localizam nas fronteiras pioneiras do espaço capitalista.

Vários interesses e limitações contribuíram para a ocupação e transformação de espaços onde surgiram sociedades típicas com rápido desenvolvimento inicial, sucedido de crise e emigração. As contradições do sistema capitalista se refletiram nas atividades e fatos relacionados com a colonização.<sup>37</sup>

Além disso, o surgimento da pequena propriedade não foi concorrente, nem dividiu a grande propriedade. Na verdade assumiu “...um caráter de complementariedade em relação à economia como um todo”,<sup>38</sup> pois ocupou as florestas que, em princípio, não interessavam ao latifúndio pecuarista. E, também, “... a expansão capitalista demandava a inserção rápida das áreas disponíveis no processo de ocupação do espaço físico do Rio Grande do Sul através do pioneirismo”.<sup>39</sup>

Com a proclamação da República, em 1889, os republicanos começaram a implantar sua política social e econômica, não sem antes encontrar vários obstáculos. Assistiu-se, neste momento a uma série de modificações sociais. Mesmo assim o Brasil continuou agrário e exportador. Os cafeicultores de São Paulo revezavam a presidência com os fazendeiros de Minas Gerais, com raras exceções, quando a oposição assumiu o poder, mas não rompeu com a estrutura agro-exportadora capitalista. Queriam apenas direcionar as benesses do Estado para si.

No Rio Grande do Sul, com o início da República, chegou ao poder um novo grupo de dirigentes com um projeto político destinado a modernizar o estado. Os republicanos gaúchos propuseram a implantação do imposto territorial e “... pretendiam incentivar a diversificação econômica e a industrialização,... combater o sistema de imigração oficial adotada pelo império, entendendo que apenas a imigração espontânea ...”<sup>40</sup> seria vantajosa. Já quanto a questão indígena a Constituição Federal foi omissa, passando para os governos estaduais a responsabilidade. Este que administrou esta questão conforme o interesse do grupo que detinha o poder político e econômico, ou seja, os fazendeiros. O governo estadual omitiu-se, deixando ao abandono significativo número de pessoas conflitantes, ou seja, pecuaristas latifundiários, indígenas e colonos imigrantes e migrantes.

---

<sup>37</sup> GREGORY, Valdir, *op. cit.*, p. 08.

<sup>38</sup> Idem, p. 62.

<sup>39</sup> Idem, 70-71.

<sup>40</sup> PEZAT, Paulo Ricardo. *Augusto Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha*. Porto Alegre: UFRGS, 1997. (Dissertação de Mestrado), p. 279.

Os imigrantes, principalmente os alemães, porque chegaram primeiro, foram os responsáveis pelo fortalecimento da agricultura, no Rio Grande do Sul. Depois, juntamente com os italianos continuavam "... ocupando terras, desbravando-as e cultivando-as..."<sup>41</sup>. No entanto, a agricultura, que entre os alemães foi muito forte, não beneficiou os produtores, mas sim os comerciantes, permitindo acumulação de capitais, principiando o surgimento de indústrias. Percebe-se que paralelas, mas isoladas, economia colonial imigrante e economia pecuarista da campanha só conheceram a unidade com a industrialização. Já no âmbito da economia interna do país, a pequena propriedade só se desenvolveu na virada deste século, mas mesmo assim, com caráter complementar do setor exportador.

Os colonos estrangeiros como um todo, tinham ligação e dependência dos comerciantes, pois eram esses que compravam os produtos agrícolas, revendendo-os aos centros comerciais. Também esses compravam e revendiam aos colonos outras mercadorias que estes precisassem, explorando tanto numa como noutra situação.

Desde o início do século XIX havia a preocupação das autoridades nacionais e estaduais em povoar as matas do Alto Uruguai. No entanto, foi intensificada somente a partir do início do século XX, sendo que, até então continuavam desenvolvendo a colonização próxima aos centros econômicos, devido à inviabilidade econômica de se criar colônias, onde fosse difícil o transporte e a comercialização dos produtos, como foi o caso do Alto Uruguai. O desenvolvimento agrícola dessa região estava ligado à solução deste problema, o qual, de certa forma começou a ser resolvido com o início da construção da ferrovia que ligava São Paulo a Rio Grande, passando pelo planalto, em 1890. Além disso, muito da produção estava sendo desviada pelo rio Uruguai e mandada para os países platinos, o que aumentou a preocupação do governo em relação aos meios de transporte. Barroso salientou que, "...os deputados visualizavam, inclusive, que o progresso e desenvolvimento de cima da serra dependia do vale do Uruguai. Daí, a defesa acirrada pelos deputados para o estabelecimento de colônias e um ramal de estrada de ferro..."<sup>42</sup>.

A partir desse período começou a aumentar o número de colônias formadas por colonos estrangeiros, o que implicou na valorização da terra. Muitos colonos venderam suas posses nas regiões mais próximas aos centros comerciais e foram comprar terras férteis no planalto, comprando mais e melhores terras. Nesse sentido a colonização "... gerou o início de mudanças significativas na estrutura fundiária do Rio Grande do Sul..."<sup>43</sup>

Donos de terras incentivaram a migração, pois esta valorizava suas terras. Principalmente as terras próximas aos centros regionais ou aos acessos a estes centros. Essa valorização da terra provocou muitos conflitos também entre companhias de colonização, Estado e especuladores pois, a colonização e o comércio de terras

<sup>41</sup> CORSETTI, Berenice, *op. cit.*, p. 35.

<sup>42</sup> BARROSO, Vera Lúcia Maciel, *op. cit.*, p. 47.

<sup>43</sup> GREGORY, Valdir, *op. cit.*, p. 39.

também foi feito por estes, que compravam terras do Estado por baixos preços ou de outras pessoas e depois revendiam aos colonos. Um deles foi Hermann Meyer, que em 1897 comprou uma área de 1,8 mil hectares, em Palmeira das Missões, fundando a colônia Xingu.

Incompetência dos nacionais para a agricultura foi uma justificativa para usurpação das terras. “Na realidade, quando o colono imigrante ou filho desse chega à zona de fronteira agrícola, encontra uma população local que lhe servia de mão-de-obra barata...”<sup>44</sup>. As terras não eram tão livres como se imagina. Havia os caboclos e os indígenas, que foram obrigados a assalariaram-se, tornando-se sem terras. Como tinham somente a posse e não a propriedade, foram expulsos e passaram a trabalhar em madeiras, estradas e infra - estrutura para os novos povoadores. Por isso, “atribuir o sucesso da empresa agrícola na região exclusivamente à obra dos colonos imigrantes é incorrer num erro capaz de mascarar o processo de ocupação e apropriação das terras na fronteira agrícola”<sup>45</sup>.

Na disputa entre caboclos nacionais e imigrantes/migrantes o Estado posicionou-se a favor dos últimos. Um exemplo foi o caso da ‘colônia Ijuhy’, que foi planejada pelo Estado, para assentar imigrantes europeus. Simonian apresenta alguns dados no sentido de comprovar essas questões:

Mil ‘invasores’ ocupavam as áreas destinadas para os lotes da ‘colônia de Ijuhy’, em 1897; na posse Pires, situada nas proximidades, havia também muitos lotes ocupados por ‘nacionais’; em 1900, um recenseamento realizado no Pontão do Ijuzinho indica 115 posses, sendo que a maior é de 15 alqueires. Ainda em 1900 há informações sobre a expulsão de posseiros com mais de trinta anos de posse, no caso, por Hermann Meyer e seu representante Carlos Dhehein.<sup>46</sup>

Percebe-se que a área escolhida já estava ocupada por caboclos, ou seja encontrava-se densamente povoada, com muitas roças e benfeitorias. O Estado, ao escolher uma área já ocupada, compactuou e agiu, no sentido de expropriar aos ‘nacionais’. Quando atuou favorecendo os caboclos, assentou-os em reservas indígenas, como em Serrinha, Nonoai, Cacique Doble. Por exemplo, “... em Serrinha 14 famílias de ‘nacionais’ são alocadas em lotes de 25 ha. como os anteriores, e mais 27 pequenos lotes para a formação da vila de Serrinha, também junto à divisa com a reserva indígena”<sup>47</sup>.

<sup>44</sup> ZARTH, Paulo Afonso, *op. cit.*, p. 98.

<sup>45</sup> Idem, p. 99.

<sup>46</sup> SIMONIAN, Ligia Teles L. *Terra de Posseiros: um estudo sobre as políticas de terras indígenas*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1981, p. 59, nota 34.

<sup>47</sup> Idem. Nota 35.

Os colonos europeus chegaram trazendo a mecanização, desenvolvendo e mudando a paisagem, elevando gradativamente a densidade demográfica da região. Dinamizaram a economia, como também deram-lhe uma nova feição étnica e cultural. A ocupação branca, aos poucos foi desenvolvendo e acelerando gradativamente a produção, melhorando as condições de vida de sua população, incorporando novos produtos e meios de produção, desenvolvendo conforme o avanço regional. A agricultura ganhou impulso com os colonos descendentes de imigrantes, já que receberam auxílio do governo, puderam investir em melhores máquinas e instrumentos de trabalho.

Não se pode negar que os colonos trouxeram novas características culturais à região: novo tipo de dança, de trabalho, de organização e culinária específica. Trouxeram também novas idéias e novos costumes. Porém, ao se instalarem vão construindo uma visão sobre os índios, numa relação conflituosa que surgiu com a ocupação, e ainda não foi resolvida. Vadios, bárbaros, bandidos, invasores de terras foram e são alguns dos adjetivos usados nesta representação. Foram formas de conquistar seu espaço e justificar para a sociedade brasileira suas atitudes. Formularam, ideologicamente, uma imagem do índio e transmitiram para os outros. Às vezes o perigo era verdadeiro, mas nem sempre, inclusive porque os colonos ocuparam áreas já povoadas, iniciando os conflitos. Mesmo assim, "... os indígenas é que eram apresentados como os culpados. Nonoai passa, então, a ser conhecida como terra de índios, terra de bugre, terra de caboclos, de gente selvagem, por isso perigosa"<sup>48</sup>. Por sua vez, os colonos foram apresentados, pela ideologia dominante da época, como os pacíficos trabalhadores, promotores do progresso, responsáveis em chegar na região e fazer a terra transformar-se em produtiva.

No início deste século já se notou a expropriação da unidade produtiva. O minifúndio começou a sofrer com o esgotamento do solo, conseqüência do uso de técnicas rudimentares de cultivo e pela proliferação de pequenas propriedades cada vez menores.

Assim, a pequena propriedade, rapidamente desmatada, esgotada pela técnica do fósforo, não oferecia condições aos numerosos filhos do proprietário. A solução era imigrar. A busca de novas terras nas colônias circunvizinhas e, mais tarde, em longínquos municípios, foi um imperativo... A rotação de terras no lote colonial tornou-se, pela ação dos imigrantes italianos e seus descendentes, uma rotação de colônias nos territórios ainda desertos do Rio Grande do Sul.<sup>49</sup>

As terras foram fracionadas e, segundo Giron, "...a questão fundamental, sobre a estrutura fundiária ..., está assim vinculada a uma má distribuição inicial de terras...

---

<sup>48</sup> Ibidem p. 05.

<sup>49</sup> MANFROI, Olívio. Italianos no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987, vol.I, p. 179.

A venda das terras para outros colonos possibilitou a concentração de terras nas mãos de menos proprietários<sup>50</sup>.

Roche, em relação à agricultura dos colonos alemães, afirmou que depois de derrubar a floresta, o solo esgotou-se e a população aumentou, obrigando estes a emigrar, desbravando novas regiões, sejam rurais, sejam urbanas.

Para continuarem agricultores, esses agricultores deixaram seu torrão, para encontrarem um novo lote... Após explorarem as terras que se lhes concediam ou vendiam, esses imigrantes, ... partiam logo para arrotear outras terras. Como o povoamento e a exploração de novas regiões, a evolução dos grupos construídos pelos colonos alemães se esclarece à luz da história de suas migrações internas. Estas, dadas sua amplitude e duração, tiveram mais importância do que o próprio movimento imigratório<sup>51</sup>.

Nesta mesma direção seguiu Gregory, ao afirmar que o colono, após alguns anos ocupando e desbravando a mata, teve, ou que se proletarizar, ou que migrar “...para novas fronteiras agrícolas onde o processo se repetiria. Ele foi sendo ‘empurrado’ pelo capitalismo desde a Europa até as fronteiras agrícolas mais recentes do país ou mesmo além dos limites territoriais brasileiros”<sup>52</sup>. Em função da diminuição e esgotamento das terras, e crescimento populacional (famílias numerosas) começou a colonizar a região Norte do estado.

Paralelamente a isso a chegada de imigrantes foi diminuída, mas mesmo assim os poucos que chegavam não encontravam mais lugar nas primeiras zonas de colonização. Essas pessoas, juntamente com aqueles descendentes de imigrantes que já não conseguiam condições de subsistência interna no minifúndio, foram obrigadas a oferecerem sua força de trabalho no mercado ou migrarem para outras áreas do Estado. Em relação aos colonos imigrantes alemães e seus descendentes, BARROSO chamou a atenção que

O movimento migratório interno, desencadeado pelas condições geo e sócio-econômicas da Província e pela própria política colonizadora, cujas promessas não atendidas levavam muitos colonos, em vários casos, a infringirem cláusulas de contrato, caracterizou-se por uma verdadeira corrida para o mato. Essa penetração por terras até então pouco ou nada exploradas decidia, fundamentalmente, para a tomada do território, o domínio de fronteira, a conquista do oeste. Muitas terras então devolutas na linha do alto Uruguai, com exceção de algumas áreas de mato na

<sup>50</sup> GIRON, Loraine Slomp, *op. cit.*, p. 276

<sup>51</sup> ROCHE, Jean, *op. cit.*, p. 319.

<sup>52</sup> GREGORY, Valdir, *op. cit.*, p. 49.

extremidade fronteiriça, são ocupadas no século XX, eram articuladas na rede de povoados que se formava.<sup>53</sup>

Percebe-se que no contexto do início do século XX, o processo de ocupação das terras gaúchas estava quase findado, sobravam escassas áreas bem ao norte, onde se encontravam os Kaingáng. É neste contexto de ocupar outras áreas, que as reservas dos Kaingáng são ocupadas. O governo distribuiu terras aos colonos, desenvolvendo novas colônias oficiais e particulares. “E é justo neste momento de profundas transformações que empresários rurais e camponeses sem terra se lançam sobre as terras indígenas, passando a disputar parcelas destas mesmas terras, quer via arrendamento, quer via invasão e apossamento”.<sup>54</sup> Simonian, ainda acrescentou:

Instalados nas proximidades ou mesmo no interior das áreas ocupadas pelos indígenas os ‘nacionais’ e mesmo os imigrantes europeus ou seus descendentes, agem em relação aos indígenas de acordo com os padrões, as orientações da elite latifundiária dominante, se constituindo assim em base para o estabelecimento de novos conflitos, reais ou potenciais, e mesmo para atender solicitação dos indígenas que o Estado põe em prática sua orientação humanitária-positivista; evidentemente que neste sentido também atendia os interesses da classe dominante, que não pretendia ver suas terras, já demarcadas e reconhecidas, invadidas, disputadas.<sup>55</sup>

Na década de 1950, finalmente “... realizou-se a conquista da terra na última zona florestada do Rio Grande do Sul: 70 000 hectares desbravados nos municípios de Palmeira ou na periferia de Erechim e de Lagoa Vermelha”<sup>56</sup>.

Diante deste processo histórico de conflito/resistência entre colonos italianos e alemães, caboclos e índios, o governo ausenta-se propositadamente, sem dar uma solução. Kliemann salientou que

... o governo, inúmeras vezes vendeu terras sem se preocupar com a situação dos posseiros que ali habitavam. As companhias que a compravam loteavam-nas e vendiam a terra a terceiros sem se ocuparem dos intrusos (...) Acabavam em conflitos. Instalada a violência, restava aos mais fracos o abandono da terra.<sup>57</sup>

---

<sup>53</sup> BARROSO, Vera Lucia Maciel, *op. cit.*, p. 43.

<sup>54</sup> SIMONIAN, Ligia Teles L., *op. cit.*, p. 12-13.

<sup>55</sup> *Idem*, p. 58.

<sup>56</sup> ROCHE, Jean, *op. cit.*, p. 138.

<sup>57</sup> KLIEMANN, Luiza H. S. *RS: terra & poder - história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 114-115.

Mais adiante, a autora referida continuou.

O governo estadual, por sua vez, omitia sua responsabilidade, deixando ao abandono significativo número de pessoas que, ... saíam mais uma vez em busca de novas terras, aparentemente desocupadas. Dessa maneira, foram sendo devastadas as matas e ocupadas também, em maior extensão, as áreas reservadas aos indígenas.<sup>58</sup>

Pode-se dizer, em síntese, que a economia gaúcha orientou-se em função de dois momentos diferentes.

No primeiro momento (até 1950), na zona agrícola colonial, centrada na pequena propriedade, ocorre o rápido esgotamento do solo, dado o seu uso intensivo. Paralelamente, desenvolve-se a minifundialização pelo contínuo fracionamento da terra. A sua repartição contínua entre os numerosos filhos e descendentes dos imigrantes reduziu a unidade de produção, o que forçou muitos a procurarem novas terras...

A saída foi a 'corrida para o mato'. A migração rural/rural intensiva para terras novas, ainda virgens, bem ao norte, representava o novo eldorado. Desse processo ... resultou a multiplicação de unidades povoadoras ... até o vale do alto Uruguai.<sup>59</sup>

A partir da década de 50 a grande propriedade continuou intocada, mesmo com amplo debate sobre a reforma agrária, também desenvolveu-se a lavoura empresarial, ou seja, essencialmente mecanizada, dispensando os trabalhadores, expulsando-os do campo. Juntamente com isso implantou-se um parque industrial com máquinas e implementos agrícolas, objetivando um "... aumento da produtividade em função da política de exportação. Eis a inserção do capitalismo no campo".<sup>60</sup> Isso fez com que o agricultor não fosse o dono daquilo que produzisse, ao contrário, foi cada vez mais expropriado. "Vem daí o êxodo rural em direção aos centros urbanos".<sup>61</sup> Vendiam a terra e iam com a família para a periferia da cidade.

A industrialização ganhou força somente com a intervenção do Estado, basicamente após 1930, na qual este assumiu a função de dirigir o processo de transformação política e econômica, cumprindo assim a função da burguesia de fazer a revolução burguesa. Ou seja, ocorreu uma "revolução passiva", de forma conciliadora,

---

<sup>58</sup> Idem, p. 125.

<sup>59</sup> BARROSO, Vera Lucia Maciel, *op. cit.*, p. 51.

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> Idem, p. 52.

sem excluir o bloco agro - exportador, aliás o que não foi feito até hoje<sup>62</sup>. Mesmo assim, no período de 1930 a 1945 a industrialização teve um grande salto. Principalmente a indústria pesada, que possibilitou a mecanização do campo, refletindo e influenciando diretamente o exposto acima.

A economia industrial brasileira expandiu-se integrando as regiões do centro-sul. Muitos produtos antes importados passaram a ser produzidos internamente. Com esse desenvolvimento industrial cresceram as cidades, aumentando a concentração urbana e o número de assalariados. O campo foi mecanizado expulsando milhares de pessoas, que foram para as cidades. No entanto, nem todas essas pessoas aceitaram esta nova situação. Começaram a se organizar em movimentos de luta pela terra.

No Rio Grande do Sul, a economia do estado continuou em crise. A concentração fundiária permitiu que grandes extensões de terras ficassem improdutivas. Os frigoríficos estrangeiros mantinham a liderança da comercialização da carne, levando vários criadores à falência. Na lavoura, ao lado do arroz, surgiu o cultivo de grandes áreas de trigo. Com este novo despertar da agricultura, o preço da terra se elevou consideravelmente.

No entanto, o pequeno produtor continuou com baixa produtividade, devido ao alto preço do maquinário moderno, e preços baixos pelos seus produtos. Além disso, aumentou a concentração de terras, em função de que os pequenos produtores, filhos e netos dos imigrantes e migrantes da primeira metade do século, não conseguiram manter-se na terra, migrando inclusive para outros estados e para os centros urbanos. Neste sentido, a extensão geográfica do país favoreceu a ocupação de outras áreas ainda pouco habitadas. Porém, é preciso ressaltar “... que a não ocorrência de reformas radicais não se deveu à generosa extensão territorial, mas à capacidade das classes dominantes em não abrir mão de suas riquezas fundiárias, mesmo daquelas não exploradas”<sup>63</sup>. Naturalmente ocorreram tensões sociais e pressões no sentido de redistribuição de terras.

Em função da expansão do capitalismo e da concentração de terras, a expulsão dos camponeses do campo foi intensificada. “Os expulsos do campo retomam a possibilidade de ocupação das reservas indígenas... Novas disputas... provocou ... a transformação de muitas reservas indígenas em áreas de minifúndio... (por exemplo, as reservas indígenas de Serrinha e de Inhacorá)”<sup>64</sup>.

Os sem terras eram provenientes da expansão do processo de concentração fundiária, que os expulsou do campo. Porém, mesmo se apossando das terras indígenas, essas não foram suficiente para sobreviverem. Na década de 40 os próprios órgãos de ‘proteção’ apropriaram-se de terras dos índios, transformando-as em reservas florestais. A apropriação essa não somente da terra, mas também “... dos recursos

---

<sup>62</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira In: *Gramsci e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 106.

<sup>63</sup> MULLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: GONZAGA, S.& DACANAL, J. H. *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 377-378.

<sup>64</sup> SIMONIAN, Ligia Teles L., *op. cit.*, p. 60-61.

existentes no território ou reserva indígena (madeiras, minérios, pedras preciosas, etc.) e a consequente destruição ambiental e de recursos antes utilizados pelos indígenas em sua reprodução e na manutenção de um determinado modo de vida”<sup>65</sup>.

Por fim, tanto indígenas, caboclos, como os descendentes de imigrantes, foram “... expropriadas, quer da terra ... quer de outras condições que possibilitariam o usufruto de condições de vida mais igualitária, a saber, o controle sobre sua força de trabalho, o exercício de direitos políticos, etc.”<sup>66</sup>. As transformações ocorridas em nível nacional e internacional, a partir da década de 1940, e as pressões sociais daí decorridas, vão influenciar na ação de expropriação das terras indígenas, feito pelo Estado.

Demarcando apenas o território indígena, sem iniciar ao mesmo tempo um processo de profunda modificação na estrutura fundiária, para se referir apenas a este aspecto da realidade, o Estado estava unicamente recriando as condições de conflito e de luta aberta entre determinados segmentos sociais.<sup>67</sup>

O Estado avaliou que era muita terra para os índios. Divide as reservas, retirando mais da metade da área dos índios, determinando que fossem criadas reservas florestais com o que sobrou. Em 1949 o Estado, através do seu governador Valter de Sá Jobim, ratificou o ato do Interventor Cordeiro de Farias, de 1941, através do Decreto nº 658:

Art.1º - São declaradas de utilidade pública, para o fim especial de constituírem reservas florestais, as terras abaixo discriminadas, ainda do domínio do estado:

- uma área de 19.998 ha (dezenove mil novecentos e noventa e oito hectares), junto ao toldo de Nonoai, no distrito de Nonoai, município de Sarandí...
- uma área de 6.624 ha (seis mil seiscentos e vinte e quatro hectares), junto ao Toldo da Serrinha, distrito de Constantina, no município de Sarandí...” (Decreto 658.1949).

Por sua vez, o governador Ildo Meneghetti, no final da década de 1950,

...ratifica a ocupação da área expropriada aos indígenas. Em 06 de janeiro de 1958 promulga a Lei nº3.381 que legaliza a destinação dos lotes a seus ocupantes. Concomitantemente à legalização da

---

<sup>65</sup> Idem, p. 18.

<sup>66</sup> Idem, p. 47-48.

<sup>67</sup> Idem, p. 134.

ocupação da área destinada à formação de parque florestal em Serrinha, a reserva indígena de Nonoai e a área usurpada aos indígenas, também para a formação de parque florestal, são ocupadas por posseiros, todos com pretensões à legalização das glebas ocupadas.<sup>68</sup>

Em 1961/1962 colonos sem terra ocuparam áreas indígenas e o governador Leonel de Moura Brizola (1959-1962), destinou (que foi concretizada por Ildo Meneghetti - 1963-1967, no seu governo), parte do Parque Florestal de Nonoai para assentar colonos. Esses colonos faziam parte do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), liderados por Leonel de Moura Brizola (governador) e Jair de Moura Calixto (prefeito de Nonoai). Não chegaram a propor reforma agrária. Queriam somente que fosse distribuído pequenos pedaços de terras, assim como foi feito para os imigrantes e para seus primeiros descendentes. Os sem terras são fruto do avanço e expansão do capitalismo no campo, que expropria a terra (via dívida bancária, falta de condições do agricultor,...) e de uma estrutura agrária concentrada.

São Paulo e Rio de Janeiro continuavam desenvolvendo suas indústrias, enquanto o Rio Grande do Sul permanecia à margem do interesse do governo central, sendo o fornecedor de alimento barato. O estado

...sempre desempenhara um papel periférico na economia e na política brasileira e dependente das mesmas. Internamente, desenvolvera um modo próprio de acumular riquezas e capitais e de organizar o poder, nucleado na agropecuária e no mando urbano. A industrialização realizada veicula-se organicamente à exploração dos constituintes agropecuários do modelo, criando um mercado próprio que, na unificação dos mercados regionais do país, mostrou-se pequeno para impulsionar uma forma de industrialização diferenciada.<sup>69</sup>

O poder político entendia que a industrialização do estado deveria beneficiar os produtos agropecuários. O Partido Social Democrático (PSD) - que elegeu os governadores Walter Jobin (1947-1950) e Ildo Meneghetti (1955-1958; 1964-1967) - tinha como objetivo manter as massas no campo aumentando o progresso no setor primário, tendo um estilo agrário comercial, equilibrando, assim a urbanização e a industrialização. Já o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - que por sua vez, elegeu os governadores Ernesto Dorneles (1951-1954) e Leonel de Moura Brizola (1959 -1963) - segundo a tese de Alberto Pasquallini, (um de seus líderes), pretendia incorporá-la à sociedade industrial. Enquanto que Brizola propôs redistribuir o capital e a terra. Posicionou-se radicalmente contra a presença do capital estrangeiro, defendendo um

---

<sup>68</sup> Idem, p. 138-139.

<sup>69</sup> MULLER, Geraldo, *op. cit.*, p. 362.

capitalismo autônomo, com uma burguesia nacional no poder político e econômico, aproximando-se das tendências de esquerda. Aos poucos suas posições foram identificadas como socialistas. O PTB, de forma geral, defendeu a industrialização moderada, como estilo de vida urbano-industrial.

Enfim, a relevância deste estudo se evidencia ao apresentar não um colono herói que desbravou as matas, mas sim um colono que teve as condições materiais e legais (ou não tão legais assim) de ocupar uma terra e ter como produzir e comercializar seus produtos. E, muitos destes mesmos colonos, em função da situação econômica e política do país, tornaram-se sem terras, que novamente tentaram (incentivado pelo Estado) resolver seu problema ocupando áreas indígenas. Concluindo, tentou-se apresentar a ocupação dos territórios dos Kaingang, em função de situações concretas de expansão do capitalismo, que exigia novas áreas.

*Artigo recebido em 02/09/2011, aprovado em 20/12/2011*